

Simonsen é favorável à volta da livre negociação salarial

São Paulo — A volta ao regime de livre negociação salarial e liberdade para a expansão do crédito bancário foram medidas que o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen sugeriu como capazes de distribuir mais equitativamente os sacrifícios atuais. Ele preconizou também corte nos subsídios e aumento correspondente nos investimentos das empresas estatais. Segundo ele, "não há mágica capaz de transformar 1981 num ano confortável para as empresas brasileiras".

Essa nova composição se enquadraria, na receita do professor Simonsen, dentro de um esforço "de domar as despesas públicas". A seu ver, mais preocupante que o congestionamento dos investimentos "é o crescimento desordenado das despesas correntes, principalmente das transferências e subsídios".

INSISTÊNCIA

Ele voltou a insistir, no Seminário sobre o Brasil e a Crise Econômica Internacional, promovido pelo **Jornal da Tarde**, que o principal problema brasileiro são o balanço de pagamentos e o nível das reservas cambiais que está bem modesto em comparação com os fluxos de comércio e capitais. Com isso, o Governo dispõe de uma reduzida margem de manobra.

Na sua visão, o Brasil precisaria perseguir com perseverança um superávit comercial "que cubra com folga o déficit de todos os serviços exceto juros: fretes, seguros, viagens internacionais, serviços governamentais, royalties, assistência técnica, remessas de lucros. "Isso levaria o país, de acordo com o Sr Simonsen, "à confortável posição de só precisar de empréstimos externos para o giro da dívida".

— Na medida em que caminhamos decididamente para a consecução desse objetivo não nos faltará apoio do sistema financeiro internacional. O tamanho da dívida externa não assusta, quando comparado às exportações e ao produto interno bruto. Sabe-se que o Brasil apresenta uma vulnerabilidade estrutural, a dependência ao petróleo importado. Mas, ainda assim, a situação energética brasileira é considerada bem menos preocupante do que a maioria dos países desenvolvidos — disse.

RENEGOCIAÇÃO

O ex-Ministro mostrou-se contrário à renegociação da dívida externa. Logo depois de sua palestra, na mesa-redonda de que participaram o economista Celso Furtado (favorável à renegociação), o norte-

americano Albert Fishlow (defensor da ida do Brasil ao FMI), afirmou que o grande problema não está na dificuldade de renegociar a dívida, mas no que vem depois.

— Precisamos de cerca de 5 bilhões de dólares por ano, isso se tivermos uma balança comercial equilibrada. Como conseguir essa importância adicional para a fase de transição? Teria de se fazer um corte dramático nas importações — um racionamento imediato — cujos efeitos no nível da atividade econômica interna seriam, no seu entender, bem mais dolorosos que a situação atual — afirmou.

Os três economistas concordaram com a necessidade de o Governo brasileiro voltar a ter controle sobre o que acontece no país em matéria econômica. "O que falta hoje ao Brasil é um sistema de orçamento único em que a sociedade saiba quanto o Governo recebe e gasta", completou o professor Simonsen.

Até que ponto o Brasil está sendo administrado por sua dívida externa? Essa foi uma pergunta constante no seminário tachada pelo Sr Simonsen de "típica de quem não sabe que dívida externa é efeito e não causa".

— Dívida externa não é causa: é o efeito do déficit em conta corrente. Os empréstimos que o Brasil contrai no exterior decompõem-se em duas parcelas: a destinada a girar a dívida, isto é, a pagar amortizações e juros e, eventualmente, reforçar as reservas internacionais do país; e a destinada a cobrir o déficit dos serviços que não juros, girar a dívida é o problema mais simples de administração financeira internacional: os banqueiros externos jamais faltaram ao Brasil no dia, a partir do qual, em que só precisarmos de empréstimos para girar a dívida. O problema é que, no momento, necessitamos de vários bilhões de dólares a mais.

No entender de Simonsen, a situação hoje não seria tão sufocante se a atual política de aperto tivesse sido posta em prática, em doses mais suaves, há dois anos, conforme ele havia proposto quando ocupava o Ministério do Planejamento.

— Naquela época, com uma taxa de inflação de cerca de 45% e com reservas cambiais próximas a 11 bilhões de dólares, o Brasil dispunha de bem maior margem de manobra do que atualmente. Após a queda do Xá do Irã já se configurara a segunda crise do petróleo e a hora era a de apertar gradual, mas decididamente no freio — afirmou.